

MPF aciona Facebook na Justiça para impedir posts sobre garimpo ilegal

Category: BRASIL, GERAL, TECNOLOGIA e CIÊNCIA

escrito por Alice Ketllen | 7 de agosto de 2026



O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra a Facebook Serviços Online do Brasil Ltda., responsável pelo Facebook e Instagram, para obrigar a empresa a adotar medidas permanentes de prevenção e combate à divulgação de conteúdos que incentivem o garimpo ilegal. A ação foi protocolada em 31 de julho e divulgada pelo órgão nesta quinta-feira (6/8).

Na ação, o MPF afirma que as plataformas vêm sendo usadas de forma recorrente para promover a exploração ilegal de recursos minerais, atividade que, segundo o órgão, provoca impactos ao bioma amazônico, aos povos indígenas e à saúde de populações expostas ao mercúrio.

O Ministério Público sustenta que a atuação da empresa tem sido apenas reativa, com a remoção de conteúdos após notificações, sem mecanismos capazes de impedir novas publicações semelhantes.

O Metrôpoles procurou a Meta, empresa responsável pelo Facebook, para comentar a ação ajuizada pelo MPF e informar quais medidas adota atualmente para identificar e remover conteúdos relacionados ao garimpo ilegal. Até a publicação desta reportagem, não houve retorno. O espaço segue aberto

para manifestação.

Investigação começou em 2024

A ação é resultado de um inquérito civil instaurado pelo MPF em 2024 para apurar a responsabilidade da empresa diante da divulgação de conteúdos relacionados ao garimpo ilegal nas redes sociais.

A investigação teve origem em informações produzidas em um inquérito policial que identificou o uso frequente das plataformas para incentivar a exploração ilegal de ouro em Roraima. O procedimento criminal atualmente deu origem a uma ação penal que tramita na Justiça Federal.

Durante a investigação, o MPF requisitou informações sobre as políticas de moderação do Facebook e do Instagram, incluindo os Padrões da Comunidade, as Diretrizes da Comunidade e a política sobre Coordenação de Danos e Incitação ao Crime.

Também solicitou relatórios de transparência e esclarecimentos sobre o uso de ferramentas de inteligência artificial na moderação de conteúdo. Segundo o órgão, não existem empreendimentos de lavra garimpeira legalmente autorizados em Roraima, o que faz com que toda atividade dessa natureza desenvolvida no estado seja considerada ilegal.

O que o MPF pede

Na ação, o MPF requer que, em até 60 dias, a empresa implemente avisos preventivos aos usuários quando forem publicados conteúdos relacionados à mineração ou ao garimpo, informando que é proibida a divulgação de material que incentive a extração ilegal de recursos minerais.

O órgão também pede que, em até 90 dias, o Facebook apresente um plano de aprimoramento dos sistemas de detecção proativa de conteúdos relacionados ao garimpo ilegal, incluindo

treinamento de ferramentas de inteligência artificial, monitoramento de palavras-chave e reconhecimento de imagens como dragas, balsas de extração e pistas de pouso clandestinas. Em caso de descumprimento, o MPF solicita multa diária de R\$ 10 mil.

No mérito da ação, o Ministério Público Federal (MPF) pede que a empresa seja obrigada a adotar medidas permanentes para prevenir conteúdos de apologia ou incitação ao garimpo ilegal, entre elas:

- Proibição expressa desse tipo de publicação nos termos de uso das plataformas;
- Aplicação de advertências e suspensão de contas de usuários reincidentes;
- Remoção de conteúdos após notificação das autoridades;
- Fornecimento de dados cadastrais dos responsáveis pelas publicações;
- Preservação de registros de acesso quando houver ordem judicial; e
- Proibição de anúncios pagos que promovam o garimpo ilegal.

Fonte: METROPOLES e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
06/08/2026/14:58:43

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)

- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
-Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com